



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR DO MUNICÍPIO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **07**.

Que a Terra é a nossa casa cósmica, todo mundo sabe, mas poucos prestam atenção a isso. Nas tribulações do dia a dia, enquanto não há uma crise maior, é fácil esquecer a nossa dependência completa e absoluta do nosso planeta. Afinal, está sempre aqui, o chão sob nossos pés, a luz do Sol filtrada pela atmosfera, o azul do céu, o clima agradável e perfeito, para que possamos sobreviver.

Mas por trás disso tudo existe um planeta extremamente complexo que, sem ele, sem sua estabilidade orbital e climática, não estaríamos aqui. Eis algumas das razões para protegermos a Terra, um planeta sem igual, ao menos dentro de um raio de centenas de anos-luz daqui.

- I. Nossa atmosfera, rica em oxigênio, permite que seres com um metabolismo mais complexo sobrevivam. É incrível que esse oxigênio todo tenha vindo de bactérias, os únicos habitantes que existiam aqui no planeta durante quase 3 bilhões de anos. Foram elas que “descobriram” a fotossíntese, transformando a composição da atmosfera terrestre. Agradeçam às cianobactérias pelo ar de cada dia.
- II. Nossa atmosfera, rica em ozônio, filtra a radiação ultravioleta que vem do Sol, que é extremamente nociva à vida. Interessante que esse ozônio é produto da vida e, ao mesmo tempo, permite que ela persista aqui na superfície.
- III. A água que temos aqui é uma preciosidade; sem ela, não haveria vida. Não sabemos de onde veio essa água toda, se bem que parte dela é oriunda de cometas que se chocaram com a Terra ainda em sua infância. Esse é o século em que a água se tornará um fator predominante de conflito global. Basta olhar para o planeta e ver a distribuição de água. O que o petróleo fez com a geopolítica do século 20, a água fará com a dos séculos 21 e 22.
- IV. Nossa lua também é essencial. Por ser única e bastante maciça, ela regula e estabiliza o eixo de rotação da Terra, mantendo sua inclinação de 23,5° com a vertical. Pense na Terra como um pião inclinado, girando em torno de si mesmo. Sem a lua, esse eixo de rotação mudaria de ângulo aleatoriamente, e o clima não poderia ser estável. E, sem um clima estável, a vida complexa acaba se tornando inviável.

A lista continua, mas já dá para entender por que precisamos proteger esse planeta. Somos produtos dele, das suas condições. Se elas mudam, nossa sobrevivência fica ameaçada.

(Marcelo Gleiser. *Folha de S.Paulo*, 14.09.2014/Adaptado)

01. Lendo-se os dois primeiros parágrafos, é correto concluir que

- (A) as pessoas usufruem das benesses oferecidas pelo planeta, mas, presas às tarefas cotidianas, esquecem-se das condições estáveis e complexas que o caracterizam.
- (B) a complexidade do planeta contribui para que seus habitantes interajam com ele e adotem inúmeras estratégias para mantê-lo em completo equilíbrio.
- (C) a luz do Sol filtrada pela atmosfera, o azul do céu, o clima agradável e perfeito são preservados na Terra, graças ao empenho de seus habitantes.
- (D) a Terra é um planeta inigualável e assim vem se mantendo, mas, em centenas de anos-luz, pode perder a estabilidade orbital e climática.
- (E) quanto mais as pessoas se empenharem em preservar o planeta, maior a possibilidade de que se torne mais complexo e agradável aos habitantes.

02. Interpretando-se o contido no item II, conclui-se que

- (A) a camada de ozônio inviabiliza as condições de vida no planeta.
- (B) a radiação ultravioleta do Sol filtra todo o ozônio produzido na atmosfera.
- (C) os raios de cor ultravioleta garantem a sobrevivência de todos os tipos de seres.
- (D) a continuidade da vida na superfície do planeta se deve à camada de ozônio.
- (E) o Sol emite raios que alteram a vida dos seres na atmosfera terrestre.

03. Assinale a alternativa com a afirmação correta sobre o texto.

- (A) A questão da água, nos séculos 21 e 22, resolver-se-á com possível choque de cometas.
- (B) O eixo de rotação da Terra altera-se porque ela se inclina verticalmente como um pião.
- (C) A distribuição desigual da água e as oscilações da lua poderão desestabilizar a rotação do planeta.
- (D) O clima se estabiliza quando se controla o consumo da água impedindo que ocorram conflitos globais.
- (E) As circunstâncias favoráveis à vida no planeta devem-se à existência da água e à densidade da lua.

04. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, de acordo com a norma-padrão, as lacunas das frases a seguir.

I. Nas tribulações do dia a dia, enquanto não _____.

II. Mas por trás disso tudo existe um planeta extremamente complexo _____.

III. Basta olhar para o planeta e _____.

- (A) houve uma crise maior, esquecemos o planeta ... sem o qual não viveríamos ... conscientizar-se a distribuição de água
- (B) haver uma crise maior, esquecemos o planeta ... sem que não viveríamos ... conscientizar-se a distribuição de água
- (C) houvesse uma crise maior, esquecemos o planeta ... sem o que não viveríamos ... conscientizar-se com a distribuição de água
- (D) houver uma crise maior, esquecemos o planeta ... sem qual não viveríamos ... conscientizar-se pela distribuição de água
- (E) houver uma crise maior, esquecemos o planeta ... sem o qual não viveríamos ... conscientizar-se da distribuição de água

05. Reescrevendo-se as frases – Eis algumas das razões para protegermos a Terra ... O clima é agradável e perfeito, para que possamos sobreviver ... Sem a lua, o clima não poderia ser estável. – obtém-se versão correta, de acordo com a norma-padrão, em:

- (A) Listam-se as razões para protegermos a Terra ... O clima é agradável e perfeito, benéfico a sobrevivência das pessoas ... Sem a lua, o clima não se estabilizaria.
- (B) Lista-se as razões para protegermos a Terra ... O clima é agradável e perfeito, benéfico a sobrevivência das pessoas ... Sem a lua, o clima não estabilizaria-se.
- (C) Listam-se as razões para protegermos a Terra ... O clima é agradável e perfeito, benéfico à sobrevivência das pessoas ... Sem a lua, o clima não se estabilizaria.
- (D) Lista-se as razões para protegermos a Terra ... O clima é agradável e perfeito, benéfico à sobrevivência das pessoas ... Sem a lua, o clima não estabilizar-se-ia.
- (E) Listam-se as razões para protegermos a Terra ... O clima é agradável e perfeito, benéfico a sobrevivência das pessoas ... Sem a lua, o clima não estabilizaria-se.

06. Assinale a alternativa em que a substituição da palavra em destaque por um pronome pessoal está correta, de acordo com a norma-padrão.

- (A) Dá para entender por que precisamos proteger esse *planeta* ... / Dá para entender por que precisamos proteger-lhe.
- (B) Foram elas que “descobriram” a *fotossíntese*. / Foram elas que descobriram-a.
- (C) Nossa atmosfera permite *aos seres vivos* sobreviver. / Nossa atmosfera permite-lhes sobreviver.
- (D) Agradeçam às *cianobactérias* pelo ar de cada dia. / Agradeçam-nas pelo ar de cada dia.
- (E) A lua regula e estabiliza o *eixo de rotação da Terra*. / A lua regula e estabiliza-lhe.

07. Os termos em destaque em – ... ao mesmo tempo, permite que ela *persista* aqui na superfície. Nossa lua também é *essencial*. Sem a lua, esse eixo de rotação mudaria de ângulo *aleatoriamente* – estão, correta e respectivamente substituídos, quanto ao sentido, em:

- (A) invista / preferencial / premeditadamente.
- (B) perdure / indispensável / imprevisivelmente.
- (C) resista / irrelevante / superficialmente.
- (D) insista / relevante / provisoriamente.
- (E) emerja / fundamental / necessariamente.

Leia o trecho da canção *Chão de Estrelas*, de Orestes Barbosa e Silvio Caldas, para responder às questões de números 08 e 09.

Nossas roupas comuns dependuradas
Na corda qual bandeiras agitadas
Pareciam um estranho festival
Festa dos nossos trapos coloridos
A mostrar que nos morros mal vestidos
É sempre feriado nacional

A porta do barraco era sem trinco
Mas a lua furando nosso zinco
Salpicava de estrelas nosso chão
Tu pisavas nos astros distraída
Sem saber que a alegria desta vida
É a cabrocha, o luar e o violão.

08. Nos versos – *Mas a lua furando nosso zinco / Salpicava de estrelas nosso chão* – observa-se o emprego de linguagem figurada, o que ocorre também em:

- (A) A lua é nova quando está visível, voltada para a Terra, e não recebe nenhuma luz do Sol.
- (B) Se a lua nasce por detrás da verde mata / Mais parece um sol de prata, prateando a solidão.
- (C) Cheia, minguante, nova e crescente são as quatro fases da Lua; o planeta Terra possui apenas um satélite natural: a Lua.
- (D) Como único satélite natural da Terra, a Lua nos acompanha desde sempre; o intervalo de tempo entre duas sucessivas fases de lua nova é de 29 dias.
- (E) A Nova Lua é úmida, tem água, gelo e orvalho, mas antes a pesquisa mostrava que não havia nenhum sinal do líquido em nosso satélite.

09. Assinale a alternativa cuja frase está correta quanto à pontuação.

- (A) Cabrocha, a lua furava nosso zinco, salpicava de estrelas nosso chão; saiba, pois, o que é a alegria dessa vida: você, o luar e o violão.
- (B) Cabrocha a lua furava, nosso zinco, salpicava de estrelas, nosso chão; saiba, pois, o que é, a alegria dessa vida: você, o luar e o violão.
- (C) Cabrocha a lua furava, nosso zinco, salpicava de estrelas nosso chão; saiba, pois, o que é a alegria dessa vida, você, o luar e o violão.
- (D) Cabrocha, a lua, furava nosso zinco, salpicava de estrelas, nosso chão; saiba pois o que é a alegria dessa vida: você, o luar e o violão.
- (E) Cabrocha, a lua, furava nosso zinco, salpicava, de estrelas, nosso chão; saiba, pois o que é a alegria, dessa vida; você, o luar e o violão.

Leia a charge para responder à questão de número 10.



(www.sandromeira12.wordpress.com)

10. Sobre a charge, é correto afirmar:

- (A) a maior parte da Terra é coberta de águas, o que significa que, se os mares e os rios forem preservados, não haverá problemas com a falta de água.
- (B) os personagens da charge têm aparência de cientistas, razão pela qual fazem experimentos e tentam descobrir as propriedades da água.
- (C) as letras H₂O desenhadas na superfície do globo terrestre e a torneira de onde saem pingos de água indicam que a água no planeta é elemento inexaurível.
- (D) a porção de água nas taças e os comentários dos personagens sinalizam cenário nada promissor do volume de água no planeta.
- (E) os personagens da charge examinam pequenas porções de água, mas não conseguem distinguir a água doce da água salgada.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. São direitos e garantias individuais assegurados aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, nos termos do artigo 5.º da Constituição Federal:
- (A) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, em qualquer horário, por determinação judicial.
 - (B) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que obtido alvará, e que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
 - (C) a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em títulos da dívida pública.
 - (D) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
 - (E) a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade, o sexo e o nível de escolaridade do apenado.
12. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
- (A) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
 - (B) legislar sobre trânsito e transporte.
 - (C) zelar pela guarda da Lei Orgânica e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.
 - (D) legislar sobre propaganda comercial e informática.
 - (E) impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.
13. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários. A proibição de acumular
- (A) restringe-se à Administração direta.
 - (B) será permitida em relação a dois cargos técnicos ou científicos.
 - (C) não se aplica se um dos cargos for provido em comissão.
 - (D) estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, excluindo-se as sociedades de economia mista e suas subsidiárias.
 - (E) estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias.
14. Lei do Município de São José do Rio Preto, de iniciativa parlamentar, dispôs sobre planejamento urbanístico, prevendo aumento de despesas. A ação direta de inconstitucionalidade deve ser ajuizada perante o
- (A) Supremo Tribunal Federal e julgada procedente, com base na ofensa ao princípio da separação dos poderes.
 - (B) Tribunal de Justiça de São Paulo e julgada procedente, reconhecendo-se que foi usurpada a iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo, com violação a dispositivos da Carta Bandeirante.
 - (C) Supremo Tribunal Federal e julgada procedente, com base na ofensa a dispositivos da Constituição Estadual.
 - (D) Supremo Tribunal Federal e julgada procedente, reconhecendo-se que foi usurpada a iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo Municipal, com violação à cláusula de reserva.
 - (E) Tribunal de Justiça de São Paulo e julgada extinta por se tratar de competência originária do Supremo Tribunal Federal.
15. A Federação brasileira tem seu perfil revelado na seguinte previsão constitucional:
- (A) ainda que violado o princípio da autonomia municipal, não compete à União intervir nos Estados.
 - (B) a União poderá intervir nos Municípios para reorganizar as finanças, caso o Estado deixe de entregar receitas tributárias nos prazos legalmente previstos.
 - (C) o princípio da autonomia municipal assegura que o Município fixe, na Lei Orgânica, o número de vereadores para composição da Câmara.
 - (D) os entes federados disciplinarão, por meio de lei, os consórcios públicos e os convênios de cooperação para a gestão associada de serviços públicos.
 - (E) o princípio da simetria constitucional impõe a reprodução, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, de todas as normas jurídicas da Constituição Federal.

- 16.** As Leis que estabelecem o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais são de iniciativa do Poder Executivo. Em relação aos princípios da ordem orçamentária, assinale a alternativa correta.
- (A) Pelo princípio da totalidade, previsto no artigo 165, § 5.º, admite-se a existência de orçamentos setoriais desde que, afinal, eles se consolidem na lei de diretrizes orçamentárias.
 - (B) O princípio da anualidade, expresso nos artigos 48, II, 165, § 5.º, e 166 da CF, significa que a lei orçamentária é de vigência anual, devendo as receitas e despesas nela previstas serem realizadas no decurso do exercício financeiro.
 - (C) Segundo o princípio do orçamento bruto, as receitas e despesas devem aparecer no plano plurianual em seus valores brutos, isto é, sem qualquer dedução, com o objetivo de impedir que nele se incluam apenas saldos positivos ou negativos de determinado serviço público.
 - (D) Em obediência ao princípio da universalidade, o plano plurianual deve conter a totalidade das receitas e das despesas estatais, de modo a possibilitar o seu controle pelo Poder Executivo.
 - (E) O princípio da legalidade, como projeção do princípio da legalidade em geral, significa que a lei de diretrizes orçamentárias estabelecerá as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como as relativas aos programas de duração continuada.
- 17.** A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, pautadas nos seguintes parâmetros:
- (A) o financiamento do sistema único de saúde será efetivado com recursos do orçamento da seguridade social da União, responsável em assegurar o acesso universal e igualitário.
 - (B) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão subsidiariamente, aplicando em ações e serviços públicos de saúde os recursos repassados pela União.
 - (C) são de relevância pública as ações e serviços de saúde, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.
 - (D) as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado com vistas ao atendimento integral, excluídos os serviços assistenciais.
 - (E) as instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes próprias, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.
- 18.** O dever do Estado com a educação será efetivado com base nas seguintes premissas:
- (A) o ensino público em estabelecimentos oficiais será gratuito, inclusive nas instituições educacionais oficiais criadas por lei estadual ou municipal e existentes na data da promulgação da Constituição, que não sejam total ou preponderantemente mantidas com recursos público.
 - (B) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, seus sistemas de ensino, competindo aos Municípios atuarem com exclusividade na educação infantil.
 - (C) o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo e seu não-oferecimento pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.
 - (D) os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio e o ensino religioso, de matrícula obrigatória, constituirá disciplina dos horários normais do ensino fundamental.
 - (E) a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios trinta por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

19. Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre as previsões constantes do Código Civil a respeito das pessoas jurídicas.

- (A) Se o associado for titular de quota ou fração ideal do patrimônio da associação, a transferência daquela importará, de *per si*, na atribuição da qualidade de associado ao adquirente ou ao herdeiro, salvo disposição diversa constante do estatuto.
- (B) Aqueles a quem o instituidor de uma fundação cometer a aplicação do patrimônio, em tendo ciência do encargo, formularão logo, de acordo com as suas bases, o estatuto da fundação projetada, submetendo-o, em seguida, à aprovação do juiz competente.
- (C) Salvo disposição em contrário, as pessoas jurídicas de direito público, a que se tenha dado estrutura de direito privado, regem-se, no que couber, quanto ao seu funcionamento, pelas normas do Código Civil.
- (D) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, que os efeitos de todas as obrigações societárias recaiam sobre os bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
- (E) A cessão total ou parcial de quota, mesmo que sem a correspondente modificação do contrato social com o consentimento dos demais sócios, terá eficácia quanto a estes e à sociedade, respondendo o cedente solidariamente com o cessionário, pelos próximos dois anos.

20. Se A beneficia B com uma doação, declarando que assim procede porque o donatário B lhe salvou a vida, mas, posteriormente, descobre que isso não corresponde à realidade, provando-se que o donatário B nem mesmo participou do salvamento do doador A, é correto afirmar que, neste caso, o negócio jurídico

- (A) é anulável por vício de erro quanto ao fim colimado.
- (B) é válido, porque o erro quanto ao motivo do negócio não é considerado essencial.
- (C) será considerado nulo de pleno direito.
- (D) é nulo, mas somente deixará de produzir efeitos se A arguir o vício.
- (E) é anulável, devendo B responder exclusivamente por danos morais.

21. A respeito do instituto do enriquecimento sem causa, é correto afirmar que é entendimento do Superior Tribunal de Justiça que

- (A) aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários, acrescido o valor de juros de mora de 12% ao ano.
- (B) se o enriquecimento tiver por objeto coisa determinada, quem a recebeu não é obrigado a restituí-la, devendo ser efetuado o pagamento do valor do bem na época em que foi exigido.
- (C) ainda que a lei confira ao lesado outros meios para se ressarcir do prejuízo sofrido, é cabível a restituição por enriquecimento, somente cabendo o pagamento do valor do bem em caso de perecimento da coisa.
- (D) nos contratos de promessa de compra e venda de imóvel, é cabível ao magistrado reduzir o percentual da cláusula penal com o objetivo de evitar o enriquecimento sem causa por qualquer uma das partes.
- (E) o juiz não pode reduzir a perda das prestações pagas em contrato de prestações sucessivas não cumpridas, pois neste caso não há caracterização de enriquecimento sem causa em favor de um dos contratantes.

22. A respeito da extinção da propriedade por desapropriação, é correto afirmar que

- (A) desapropriação indireta é aquela realizada pelo poder expropriante mediante a promulgação do decreto expropriatório e o pagamento da indenização prévia, justa e em dinheiro, ou em títulos da dívida agrária, quando for o caso.
- (B) necessidade pública, para fins de desapropriação, é o interesse imprescindível da coletividade de incorporar, ao domínio estatal, determinado bem, como por exemplo, em caso de abertura, alargamento ou prolongamento de vias públicas.
- (C) além dos bens públicos federais, também não se sujeitam à expropriação os bens das entidades da Administração Indireta, os bens de família e os direitos personalíssimos, incluindo-se no rol dos bens inexpropriáveis o direito intelectual.
- (D) a desapropriação pelo não aproveitamento do solo urbano em conformidade com o plano diretor municipal configura-se uma autêntica sanção ou pena pela inércia do titular da área expropriada, que não precisa ser precedida de medidas que visem ao parcelamento ou à edificação compulsória.
- (E) a desapropriação *pro labore* não é promovida pelo poder público por meio de um decreto expropriatório regular, cabe ao juiz de direito reconhecê-la, se as atividades desempenhadas pelas pessoas que se acham no imóvel foram de interesse social e econômico relevante.

23. Nas contratações previstas no Código Civil, mesmo quando submetida a regras de direito privado, a Administração não se despe de certos privilégios e sempre se submete a determinadas restrições, na medida necessária para adequar o meio utilizado ao fim público a cuja consecução se vincula por lei. Tendo em vista tal asserção, em relação aos contratos de locação de imóveis em que a Administração figura como locatária, é correto afirmar que
- (A) nas locações de imóveis utilizados por hospitais, unidades sanitárias oficiais, estabelecimentos de saúde e de ensino da Administração Pública de um dos entes da federação, o contrato não poderá ser rescindido em decorrência da falta de pagamento do aluguel e dos demais encargos.
 - (B) a licitação para a locação de um imóvel poderá ser dispensada, desde que a Administração Pública comprove que o imóvel locado condiz com a necessidade de instalação e localização das atividades previstas e que o valor do aluguel é compatível com o valor de mercado.
 - (C) os contratos de locação são contratos não formais, que poderão ser verbais, desde que preencham seus requisitos de validade, ainda que a Administração Pública seja a locatária do imóvel.
 - (D) o instituto da locação é um negócio de tempo variável, podendo ser convencionada a locação por tempo determinado ou indeterminado, sendo tal indeterminação possível mesmo quando a Administração é parte locatária.
 - (E) o direito de preferência, previsto na Lei Federal n.º 8.245/91, não poderá ser utilizado pela Administração Pública, ainda que este seja seu interesse e que o imóvel esteja registrado no Registro Geral de Imóveis.
24. Dispõe o Código de Defesa do Consumidor, acerca dos serviços públicos, que
- (A) se algum tipo de serviço público não esteja sendo pago diretamente ou nem sequer esteja sendo cobrado, significa que este serviço não está abrangido pelas regras do Código de Defesa do Consumidor.
 - (B) estes são qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração ou não, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.
 - (C) o serviço de consumo, prestado por particular ou pela Administração, deve ser remunerado para ser tutelado pelo Código de Defesa do Consumidor, assim, a tutela consumerista não atinge o transporte gratuito do idoso.
 - (D) os serviços públicos gratuitos, isto é, aqueles prestados sem uma contraprestação do consumidor, caracterizam uma relação de consumo, como nos casos dos serviços *uti universi*, prestados a toda coletividade, essenciais ou não.
 - (E) os serviços públicos, desde que remunerados, direta ou indiretamente são regidos pelo Código de Defesa do Consumidor, todavia, os serviços públicos prestados sem a exigência de uma remuneração por parte do tomador, não se enquadram como relação de consumo.
25. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que a função de membro do conselho nacional e dos conselhos estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente é
- (A) cargo eletivo, com mandato de dois anos, com remuneração.
 - (B) vínculo empregatício regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.
 - (C) cargo eletivo, com mandato de quatro anos, sem remuneração.
 - (D) considerada de interesse público relevante e não será remunerada.
 - (E) vínculo com a Administração Pública, que remunera o conselheiro *pro labore* por reunião.

26. O Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR é um subprograma previsto no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, constante da Lei Federal n.º 11.977/09, tem como finalidade subsidiar a produção ou reforma de imóveis aos agricultores familiares e trabalhadores rurais
- (A) por intermédio de operações de repasse de recursos do orçamento geral da União ou de financiamento habitacional com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, desde 14 de abril de 2009.
 - (B) mediante financiamento por meio de recurso do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), com integralização de cotas, ou mediante recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).
 - (C) por meio de repasses de recursos do Fundo Garantidor da Habitação Popular. FGHab, que servirá também para assumir o saldo devedor do financiamento imobiliário, em caso de morte ou invalidez permanente de qualquer mutuário do subprograma.
 - (D) estando o BNDES autorizado a conceder subvenção econômica à União, sob a modalidade de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, especificamente nas operações de financiamento de projetos de habitação popular.
 - (E) sendo que a subvenção realizada pelo Governo Federal não poderá ser cumulativa com subsídios concedidos no âmbito de programas habitacionais dos Estados, Distrito Federal ou Municípios.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

27. Quanto à uniformização da jurisprudência, assinale a alternativa correta.
- (A) Tem natureza jurídica recursal, por ter finalidade corretiva.
 - (B) O instituto resolve o mérito do recurso, quando dirime a divergência.
 - (C) A divergência pode se dar entre votos quando a decisão não for unânime.
 - (D) Qualquer dos juízes que devam votar no julgamento pode suscitar o incidente.
 - (E) Cabe agravo de instrumento contra indeferimento do pedido de uniformização formulado pela parte.

28. Sobre o conflito de competência, assinale a alternativa correta.
- (A) O anterior oferecimento de exceção de incompetência permite o conhecimento de conflito de competência quando o objeto deste for absolutamente distinto do objeto daquela.
 - (B) Para ocorrer o conflito negativo de competência é necessário que o juiz se entenda incompetente e entenda que o juízo competente é um que já se declarou competente.
 - (C) Na hipótese de conflito positivo de competência é necessária a existência de decisão expressa de ambos os juízos afirmando sua competência sobre o outro.
 - (D) Quanto à sua natureza jurídica, trata-se de ação declaratória incidental, não se podendo atribuir ao conflito de competência natureza recursal.
 - (E) O conflito negativo de competência poderá ter natureza jurídica recursal, uma vez que, ao se decidir que o juízo que proferiu deliberação quando incompetente, terá reformada a decisão.
29. Está sujeita a duplo grau de jurisdição a sentença proferida contra o Município. Neste caso, havendo o reexame necessário,
- (A) não poderá o relator negar seguimento ao recurso em decisão monocrática.
 - (B) nas decisões por maioria não se admitem embargos infringentes.
 - (C) poderá o Tribunal agravar a condenação imposta à municipalidade se o caso.
 - (D) se não houve recurso voluntário, não pode ser interposto recurso especial.
 - (E) não é necessário o reexame se a sentença for ilíquida e o pedido for inferior a 60 salários-mínimos.
30. No caso de ação monitória, é defeso ao réu
- (A) requerer o chamamento ao processo do devedor solidário, sem embargar.
 - (B) apresentar reconvenção com a oposição dos embargos.
 - (C) apresentar embargos monitórios nos próprios autos.
 - (D) alegar prescrição por ser matéria de cognição exauriente.
 - (E) apelar não tendo havido oferecimento de embargos.

31. Assinale a alternativa correta quanto à liquidação de sentença.
- (A) Na fase autônoma de liquidação de sentença (por arbitramento ou por artigos), incumbe ao credor a antecipação dos honorários periciais.
 - (B) Da decisão de liquidação de sentença por artigos caberá o recurso de apelação.
 - (C) É cabível o arbitramento de honorários também na fase de liquidação de sentença quando se verifica na apuração do débito caráter contencioso.
 - (D) A inclusão de juros de mora em liquidação de sentença ofende a coisa julgada.
 - (E) Na liquidação por artigos, observar-se-á, no que couber, o procedimento de execução.
32. Sobre a ação popular proposta por cidadão residente no município em que também é eleitor, mas sobre fatos que ocorreram em outro município, assinale a alternativa correta.
- (A) Demonstra falta de interesse processual, pois não há nexos de interdependência entre o seu interesse de intervir e a relação jurídica submetida à apreciação judicial.
 - (B) Constitui inépcia da inicial por falta da necessária demonstração da condição do exercício da cidadania condicionada aos atos lesivos supostamente praticados.
 - (C) A incapacidade da parte, pertinente à condição de eleitor em domicílio diverso de onde os fatos ocorreram levam à extinção da ação sem julgamento do mérito.
 - (D) Neste caso, o foro competente para apreciar a ação é o do foro do domicílio eleitoral do autor.
 - (E) A condição de eleitor é prova da cidadania, sendo irrelevante seu domicílio eleitoral para fixar sua legitimidade para propor a ação.

33. A Fazenda do Município de São José do Rio Preto ingressou com ação de cobrança contra a empresa X para receber o valor de R\$ 100.000,00. A empresa ré afirmou que não deve este valor, mas apenas R\$ 20.000,00, pois o restante já teria sido pago, depositando este valor em juízo. Em sede de pedido de antecipação de tutela, assinale a alternativa correta.
- (A) Inexiste liquidação e certeza quanto ao crédito, portanto, não estão presentes os requisitos para a antecipação da tutela.
 - (B) Deve ser demonstrado fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, devendo o juiz autorizar o levantamento desta quantia pela autora.
 - (C) Sendo o valor uma parte incontroversa do pedido, pode ser levantado pelo beneficiado por decisão que antecipa os efeitos da tutela.
 - (D) Não será possível o levantamento da quantia, em razão do perigo de irreversibilidade, já que a Fazenda não se sujeita à execução comum.
 - (E) Inviável o pedido de antecipação de tutela, uma vez que já houve a contestação do réu, violando o princípio do contraditório.

DIREITO ADMINISTRATIVO

34. No tocante aos cargos, empregos e funções públicas, é correto afirmar que
- (A) função pública é o lugar, dentro da organização funcional da Administração Direta e de suas autarquias e fundações públicas que, ocupado por servidor público, tem funções específicas e remuneração fixada em lei ou diploma a ela equivalente.
 - (B) cargos efetivos são aqueles que se revestem de caráter de permanência, constituindo a maioria absoluta dos cargos integrantes dos diversos quadros funcionais.
 - (C) as funções de confiança deverão ser exercidas preferencialmente por servidores ocupantes de cargos de carreira técnica ou profissional.
 - (D) provimento é o fato administrativo que traduz o preenchimento de um cargo ou emprego público.
 - (E) a vacância, que indica que determinado cargo público não está provido, somente ocorrerá nas hipóteses de exoneração ou demissão do servidor público.

35. Com relação aos regime jurídico, concessão, permissão e autorização dos bens públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os bens públicos de uso comum do povo, os de uso especial e os dominicais são inalienáveis e imprescritíveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- (B) O credor do Poder Público, nos termos do que consta da Constituição Federal, poderá ajustar garantia real sobre bens públicos.
- (C) A concessão de uso é o ato administrativo pelo qual a Administração consente que certa pessoa utilize privativamente bens públicos, atendendo ao mesmo tempo aos interesses público e privado.
- (D) O ato de permissão de uso é praticado *intuitu personae*, razão por que sua transferência a terceiro só se legitima se houver consentimento expresso da entidade permitente.
- (E) A celebração do contrato administrativo de autorização de uso dependerá da aferição, pelos órgãos administrativos, da conveniência e oportunidade em conferir a utilização privativa do bem ao particular.

36. A desapropriação

- (A) é o procedimento de direito público pelo qual o Poder Público transfere para si ou para particular a propriedade de terceiro, por razões de utilidade pública ou de interesse social.
- (B) por necessidade pública consiste naquelas hipóteses em que mais se realça a função social da propriedade (Ex.: reforma agrária).
- (C) urbanística sancionatória, prevista na Constituição Federal, pode ser adotada a título de penalização ao proprietário do solo urbano que não atender à exigência de promover o adequado aproveitamento de sua propriedade ao Plano Diretor Municipal.
- (D) por zona é aquela pela qual o Poder Público pretende criar ou alterar planos de urbanização para as cidades, só sendo possível a sua implementação mediante a retirada de algumas propriedades das mãos de seus donos.
- (E) por interesse social é aquela que decorre de situações emergenciais, cuja solução exija a desapropriação do bem, não gerando para o particular o direito prévio à justa indenização.

37. Um Procurador do Município de São José do Rio Preto é solicitado a manifestar-se, por meio de parecer, sobre a eventual contratação, sem licitação, de um escritório de advocacia pela Prefeitura Municipal, visando o ajuizamento de ação reivindicatória, em razão da insuficiência do quadro de Procuradores Municipais, do notório saber jurídico a diferenciar o escritório e do previsto no art. 13, inciso V, da Lei n.º 8.666/93:

[...]

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

[...]

V – patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

[...]

Diante do enunciado, assinale a orientação correta para o caso.

- (A) Será possível a contratação direta, sem licitação, nos termos da Lei n.º 8.666/93, por ser esta dispensada em razão da singularidade do serviço e da insuficiência de Procuradores.
- (B) Será possível a contratação direta, sem licitação, nos termos da Lei n.º 8.666/93, por ser esta dispensável em razão da singularidade do serviço e da insuficiência de Procuradores.
- (C) Será possível a contratação direta, sem licitação, nos termos da Lei n.º 8.666/93, por ser esta dispensada em razão do notório saber jurídico do escritório.
- (D) Não será possível a contratação direta, sem licitação, pois tratando-se de ação reivindicatória e, existindo Procuradoria do Município, não há que se falar em singularidade do serviço e notório saber jurídico do escritório.
- (E) Não será possível a contratação direta, sem licitação, em razão de recente alteração da Lei n.º 8.666/93 que vedou a aplicação do art. 13 nas contratações dos Municípios que possuem Procuradoria Municipal.

38. Com relação às formas de prestação de serviço público, é correto afirmar que

- (A) a desconcentração do serviço implica a transferência do serviço para outra entidade.
- (B) somente por meio de lei o Município poderá descentralizar a prestação de serviço.
- (C) a descentralização do serviço poderá ocorrer por meio de ato administrativo.
- (D) quando o Município desconcentra a prestação de um serviço público, transfere ao órgão a titularidade e a responsabilidade pela execução.
- (E) a descentralização é o fato administrativo que traduz a transferência da execução da atividade estatal a determinada pessoa, integrante ou não da Administração.

39. Com relação ao parcelamento do solo urbano, previsto na Lei Federal n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (Lei Lehmann), é correto afirmar que os loteamentos deverão atender, pelo menos, ao seguinte requisito:
- (A) mesmo na hipótese do loteamento destinar-se a urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes, os lotes não poderão ter área mínima inferior a 125 m² (cento e vinte e cinco metros quadrados).
 - (B) ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, será facultativa a reserva de uma faixa não-edificável de 15 (quinze) metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica.
 - (C) ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não-edificável de 15 (quinze) metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica.
 - (D) as vias de loteamento não necessitam, obrigatoriamente, articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas, e harmonizar-se com a topografia local.
 - (E) a legislação estadual definirá, para cada zona em que se divida o território do Município, os usos permitidos e os índices urbanísticos de parcelamento e ocupação do solo.
40. No que concerne à competência prevista na Lei Orgânica do Município de São José do Rio Preto, é correto afirmar que ao Município compete prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, a seguinte atribuição:
- (A) Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.
 - (B) Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiências.
 - (C) Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.
 - (D) Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.
 - (E) Adquirir bens, inclusive mediante desapropriação.
41. Com relação ao Processo Judicial nos casos de atos de improbidade administrativa, é correto afirmar que
- (A) a propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.
 - (B) é possível, após análise do Ministério Público e deliberação judicial, a aplicação de transação, acordo ou conciliação.
 - (C) a ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta exclusivamente pelo Ministério Público.
 - (D) não caberá recurso da decisão judicial que receber a petição inicial.
 - (E) o juiz não poderá extinguir o processo sem julgamento do mérito, mesmo quando reconhecida a inadequação da ação de improbidade.

DIREITO FINANCEIRO

42. Nos termos da Lei Geral do Orçamento, a receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas:
- (A) receitas correntes e receitas de capital.
 - (B) receitas tributárias e receitas patrimoniais.
 - (C) receitas tributárias e receitas empresariais.
 - (D) operações de crédito e amortização de empréstimos.
 - (E) operações de crédito e transferências de capital.
43. Entende-se por _____ a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.
- De acordo com a Lei n.º 4.320/64, completa corretamente a lacuna a expressão
- (A) excesso de arrecadação
 - (B) superávit financeiro
 - (C) restos a pagar
 - (D) saldo credor
 - (E) lucros acumulados

44. Assinale a alternativa que está em consonância com a Lei Geral do Orçamento no que respeita à despesa.
- (A) O empenho da despesa, em casos excepcionais, poderá exceder o limite dos créditos concedidos, inclusive, quando se tratar de calamidade pública.
 - (B) É permitida a realização de despesa sem prévio empenho, em casos especiais previstos na legislação específica, sendo dispensada a emissão da nota de empenho.
 - (C) É vedado o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.
 - (D) A liquidação da despesa é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.
 - (E) O regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidas em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria para o fim de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.
45. As operações de crédito de prazo inferior a doze meses, cujas receitas tenham constado do orçamento, integram
- (A) a dívida pública mobiliária.
 - (B) a dívida pública fundada.
 - (C) a concessão de garantia.
 - (D) o refinanciamento da dívida mobiliária.
 - (E) o lucro real.
46. Determina a Lei n.º 4.320/64 que a Lei de Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de
- (A) universalidade, efetividade e unidade.
 - (B) unidade, universalidade e anualidade.
 - (C) seletividade, universalidade e anualidade.
 - (D) irretroatividade, unidade e seletividade.
 - (E) universalidade, irretroatividade e anualidade.
47. Os Municípios só contribuirão para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação se houver convênio, acordo, ajuste ou congênere, conforme sua legislação e autorização na lei
- (A) do plano plurianual e na lei de diretrizes orçamentárias.
 - (B) do plano plurianual e na lei do orçamento anual.
 - (C) do plano plurianual e na lei de responsabilidade fiscal.
 - (D) de diretrizes orçamentárias e na lei do orçamento anual.
 - (E) de responsabilidade fiscal e na lei do orçamento anual.
48. As modalidades de licitação previstas na Lei n.º 8.666/93, serão determinadas em função dos limites nela estabelecidos, tendo em vista o valor estimado da contratação. Nos termos da referida lei, para obras e serviços de engenharia até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), é de ser adotada a modalidade
- (A) concorrência.
 - (B) tomada de preços.
 - (C) convite.
 - (D) leilão.
 - (E) concurso.

DIREITO TRIBUTÁRIO

49. Assinale a alternativa correta acerca da preferência e cobrança do crédito tributário na falência.
- (A) O crédito tributário prefere aos créditos extraconcursais.
 - (B) O crédito tributário prefere aos créditos com garantia real, no limite do bem gravado.
 - (C) A multa tributária prefere apenas aos créditos subordinados.
 - (D) A multa tributária prefere aos créditos quirografários.
 - (E) São considerados concursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência.
50. Sobre a competência tributária, conforme disciplinada pelo Sistema Tributário Nacional, é correto afirmar que o imposto sobre
- (A) operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incide sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços compreendidos na competência tributária dos municípios.
 - (B) operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação não incide nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.
 - (C) a propriedade predial e territorial urbana não poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel.
 - (D) a propriedade predial e territorial urbana não poderá ter alíquotas diferentes de acordo com o uso do imóvel.
 - (E) a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis incide sobre a transmissão de bens decorrentes de incorporação, salvo se a atividade do adquirente for a compra e venda desses bens.

51. João pleiteou administrativamente, dentro do prazo estipulado em lei, a restituição de valor pago a título de tributo que entende ter sido indevido. Veio a decisão administrativa denegando-lhe a restituição. João pretende, então, ingressar com a competente ação anulatória da decisão administrativa. A fim de evitar a prescrição, João deverá promover a referida ação em
- (A) 6 meses.
 - (B) 1 ano.
 - (C) 2 anos.
 - (D) 5 anos.
 - (E) 10 anos.
52. Na execução por carta, os embargos do executado serão oferecidos no juízo deprecado, que os remeterá ao juízo deprecante, para instrução e julgamento. Quando os embargos tiverem por objeto vícios e irregularidades do próprio juízo deprecado, o julgamento dessa matéria caberá
- (A) ao juízo deprecado.
 - (B) ao juízo deprecante.
 - (C) ao Tribunal de Justiça do Estado de que se tratar.
 - (D) ao Tribunal Regional Federal da região respectiva.
 - (E) ao Superior Tribunal de Justiça.
53. Assinale a alternativa que está em consonância com as disposições da lei que rege a medida cautelar fiscal.
- (A) Da sentença que decretar a medida cautelar fiscal caberá agravo de instrumento com efeito suspensivo.
 - (B) O juiz concederá liminarmente a medida cautelar fiscal mediante caução prestada pela Fazenda Pública.
 - (C) Cessa a eficácia da medida cautelar fiscal se não for executada dentro de 60 dias.
 - (D) Quando a medida cautelar fiscal for concedida em procedimento preparatório, deverá a Fazenda Pública propor a execução judicial da Dívida Ativa no prazo de 60 dias, contados da data de sua concessão.
 - (E) O requerimento da medida cautelar contra sujeito passivo que, notificado pela Fazenda Pública para que proceda ao recolhimento do crédito fiscal, põe ou tenta por seus bens em nome de terceiros, independe da prévia constituição do crédito tributário.
54. Caso determinado município pretenda instituir contribuição, na forma da lei respectiva, para o custeio do serviço de iluminação pública
- (A) poderá fazê-lo a qualquer tempo, visto que têm competência para tanto, bastando que observe o princípio da universalidade jurídica da tributação.
 - (B) poderá fazê-lo, visto que tal qual o Distrito Federal, tem competência para tal, bastando que observe os princípios da legalidade e da anterioridade.
 - (C) não poderá fazê-lo, visto que a competência para tal é exclusiva do Distrito Federal.
 - (D) não poderá fazê-lo, visto que a competência para tal é privativa dos Estados e do Distrito Federal.
 - (E) não poderá fazê-lo, visto que o tributo adequado para esse fim é a taxa, a ser paga pelos contribuintes, em razão da utilização de serviço público específico e divisível.
55. Nos termos do Código Tributário Nacional, é correto afirmar que
- (A) na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará em primeiro lugar os princípios gerais do direito tributário.
 - (B) os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos, formas e para definição dos respectivos efeitos tributários.
 - (C) as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas, dentre outras modalidades, são normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos.
 - (D) se interpreta extensivamente a legislação tributária que disponha sobre outorga de isenção, a fim de que um maior número de contribuintes possa ser por ela beneficiado.
 - (E) no âmbito da integração da legislação tributária, o emprego da equidade poderá resultar na dispensa do tributo devido.

56. A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, _____; a lei excepcional ou temporária, _____.

Preenchem as lacunas completa, correta e respectivamente, as seguintes expressões:

- (A) mas desde que não decididos por sentença condenatória transitada em julgado ... embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência
- (B) ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado ... embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência
- (C) desde que ainda não executada a integralidade da pena imposta ... quando decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram deixa de ser aplicada ao fato praticado durante sua vigência
- (D) ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado ... quando decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram deixa de ser aplicada ao fato praticado durante sua vigência
- (E) desde que ainda não executada a integralidade da pena imposta ... mesmo que ainda não encerrado o período de sua duração ou as circunstâncias que a determinaram deixa de ser aplicada ao fato praticado durante sua vigência

57. É efeito da condenação criminal, de acordo com o art. 91 do CP:

- (A) tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime.
- (B) a perda de bens ou valores equivalentes ao produto ou proveito do crime, exceto quando referidos bens localizarem-se no exterior.
- (C) a perda em favor da União, sem ressalva ao direito do terceiro de boa-fé, dos instrumentos do crime cuja detenção constitua ato ilícito.
- (D) a perda em favor da vítima ou ofendido de qualquer bem ou valor que constitua proveito auferido pelo agente com a prática do fato criminoso.
- (E) a perda, em favor do Município em que a infração foi cometida, do produto do crime ou de qualquer bem ou valor que constitua proveito auferido pelo agente com a prática do fato criminoso.

58. Nos termos do art. 155, § 4.º do CP, o crime de furto é qualificado quando cometido

- (A) em local ermo.
- (B) durante o repouso noturno.
- (C) em situação de calamidade pública.
- (D) mediante concurso de duas ou mais pessoas.
- (E) contra órgão da Administração Pública direta ou indireta.

59. No que concerne aos delitos contra as Finanças Públicas, o crime de

- (A) “prestação de garantia graciosa” só se configura se não tiver sido constituída contragarantia em valor igual ou superior ao valor da garantia prestada, na forma da lei.
- (B) “contratação de operação de crédito” só se configura se a operação é referente a crédito interno, não sendo típica a conduta quando se trata de crédito externo.
- (C) “assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura” só se configura se é ordenada ou autorizada a assunção de obrigação, no último quadrimestre do último ano do mandato ou legislatura, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro ou, caso reste parcela a ser paga no exercício seguinte, que não tenha contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa.
- (D) “oferta pública ou colocação de títulos no mercado” só se configura se tiver sido autorizada ou promovida a oferta pública ou a colocação no mercado financeiro de títulos da dívida pública sem que tenham sido criados por lei ou sem que estejam registrados em sistema centralizado de liquidação e de custódia, não se configurando se tiver havido mera ordenação de oferta pública.
- (E) “aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura” só se configura se for ordenado, autorizado ou executado ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal nos noventa dias anteriores ao final do mandato ou da legislatura.

60. Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito _____; o inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, _____.

Preenchem as lacunas, completa, correta e respectivamente, as seguintes expressões:

- (A) caberá recurso para o Juiz Corregedor ... não poderá sem ela ser iniciado
- (B) caberá recurso para o Juiz Corregedor ... só pode ser instaurado mediante requisição ministerial
- (C) caberá recurso para o chefe de Polícia ... não poderá sem ela ser iniciado
- (D) caberá recurso para o chefe de Polícia ... só poderá ser instaurado mediante apresentação de prova do fato
- (E) não caberá recurso ... só poderá ser instaurado mediante apresentação de prova do fato

61. De acordo com o art. 24, § 2.º do CPP, processar-se-ão por ação pública os crimes praticados em detrimento do patrimônio
- (A) da União, excluídos dessa regra os Estados e os Municípios.
 - (B) da União e dos Estados, excluídos dessa regra os Municípios.
 - (C) ou interesse da União, excluídos dessa regra os Estados e os Municípios.
 - (D) ou interesse da União e dos Estados, excluídos dessa regra os Municípios.
 - (E) ou interesse da União, Estados e Municípios.

DIREITO COMERCIAL

62. Assinale a alternativa que estiver em consonância com as disposições de lei que regem as Sociedades Anônimas.
- (A) O estatuto fixará o número de ações em que se divide o capital social e estabelecerá se as ações terão ou não valor patrimonial, sendo obrigatória a fixação do valor nominal.
 - (B) O estatuto pode assegurar a uma ou mais classes de ações preferenciais o direito de eleger, em votação em separado, um ou mais membros dos órgãos de administração.
 - (C) As ações da companhia aberta somente poderão ser negociadas depois de realizados 20% do preço de subscrição.
 - (D) A ação é divisível em relação à companhia e, quando pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos diretamente por qualquer de seus titulares.
 - (E) A companhia pode criar, a qualquer tempo, títulos negociáveis, sem valor nominal e estranhos ao capital social, denominados "bônus de subscrição".
63. Acerca do instituto da falência, conforme estabelecido na lei que o disciplina, é correto afirmar que
- (A) os credores cujos créditos forem impugnados serão intimados para contestar a impugnação, no prazo de 15 dias, juntando os documentos que tiverem e indicando outras provas que repute necessárias.
 - (B) na falência, a atribuição para deliberar sobre a constituição do Comitê de Credores, a escolha de seus membros e sua destituição compete ao administrador judicial.
 - (C) cabe agravo de instrumento da sentença que julgar procedente a ação revocatória, determinando o retorno dos bens à massa falida, em espécie, com todos os acessórios ou o valor de mercado, acrescidos das perdas e danos.
 - (D) a ação revocatória, nos casos em que a lei a admite, deverá ser proposta pelo administrador judicial, por qualquer credor ou pelo Ministério Público no prazo de 3 anos, contado do pedido de falência.
 - (E) em qualquer modalidade de realização do ativo adotada, fica a massa falida dispensada da apresentação de certidões negativas.

64. De acordo com o regramento que lhes é conferido pelo Código Civil, assinale a alternativa correta no que diz respeito aos títulos de crédito, em geral.
- (A) A transferência de título ao portador se faz mediante endosso.
 - (B) A condição, a que o subordina o endossante, acarreta a nulidade do endosso.
 - (C) Transfere-se o título nominativo mediante termos, em registro do emitente, assinado pelo proprietário e pelo adquirente.
 - (D) A aquisição de título à ordem, por meio diverso do endosso, tem os mesmos efeitos desse.
 - (E) A cláusula constitutiva de mandato, lançada no endosso, confere ao endossatário o exercício dos direitos inerentes ao título, mas com a morte ou a superveniente incapacidade do endossante, o endosso-mandato perde a eficácia.

65. Pelo contrato de _____, uma pessoa, não ligada a outra em virtude de mandato, de prestação de serviços ou qualquer outra relação de dependência, obriga-se a obter para a segunda um ou mais negócios, conforme as instruções recebidas.

De acordo com a redação do Código Civil, completa corretamente a lacuna

- (A) corretagem
- (B) agência
- (C) comissão
- (D) compromisso
- (E) constituição de renda

- 66.** Tício trabalha para a pessoa jurídica ABC e, durante sua jornada de trabalho, presta serviços também para FGH, pessoa jurídica integrante do mesmo grupo econômico de sua empregadora. Diante disso, pode-se afirmar, com base na Súmula 129 do TST, que
- (A) há fraude trabalhista, porque um empregado não pode prestar serviços para duas empregadoras, durante a mesma jornada de trabalho.
 - (B) há nulidade contratual, porque não é possível a coexistência de dois contratos de trabalho simultaneamente envolvendo apenas um empregado.
 - (C) Tício tem direito de receber dois salários, porque a prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo, durante a mesma jornada de trabalho, caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho.
 - (D) Tício não faz jus a dois salários, porque a prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico, durante a mesma jornada de trabalho, não caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho, salvo ajuste em contrário.
 - (E) tal situação caracteriza hipótese de rescisão indireta do contrato de trabalho, uma vez que a simultaneidade de contratos só pode existir quando exercido o trabalho em jornadas diferentes.
- 67.** Zé trabalha para KYZ que outorga a seus empregados, há dois anos, gratificação por tempo de serviço, no equivalente a 20% do salário bruto. Todavia, no dia 01.05.2014, passou a vigor acordo coletivo, celebrado entre KYZ e o sindicato representativo da categoria de seus empregados, estabelecendo gratificação por tempo de serviço, nos mesmos moldes já fornecido por KYZ, mas no equivalente a 15% do salário bruto. Assim, diante dos termos da Súmula 202 do TST,
- (A) Zé tem direito a receber exclusivamente a gratificação que lhe seja mais benéfica.
 - (B) Zé tem direito a receber exclusivamente a gratificação prevista no acordo coletivo, durante a vigência desse instrumento.
 - (C) Zé tem direito a receber as duas gratificações cumulativamente durante a vigência do acordo coletivo.
 - (D) o acordo coletivo revogou a outorga do empregador e Zé receberá a gratificação prevista na norma coletiva, até que outra negociação seja celebrada.
 - (E) o acordo coletivo é nulo, porque representou um retrocesso social para os empregados de KYZ e afronta ao princípio da dignidade do trabalhador.
- 68.** Karl foi contratado pela empresa MARX em 2000, que anotou em sua CTPS a função de pedreiro. Todavia, durante todo o contrato de trabalho, que perdurou até dezembro de 2008, Karl exerceu, exclusivamente, a função de eletricitista. Assim, pode-se afirmar que
- (A) as anotações apostas pela empregador MARX ostentam presunção *juris et de jure*.
 - (B) as anotações apostas pela empregadora MARX ostentam presunção *juris tantum*.
 - (C) Karl não tem direito à retificação de sua CTPS, porque ultrapassado mais de dois anos do término da relação de emprego.
 - (D) Karl não tem direito à retificação de sua CTPS, porque ultrapassado mais de 5 anos da data em que houve a anotação do contrato de trabalho.
 - (E) não é possível a retificação da CTPS de Karl, porque as profissões são similares e inserem-se na atividade principal do empregador que atua na construção civil.
- 69.** De acordo com o § 1.º do artigo 461 da CLT, considera-se trabalho de igual valor aquele feito com igual produtividade e perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço não ultrapasse
- (A) 6 meses.
 - (B) 1 ano.
 - (C) 2 anos.
 - (D) 3 anos.
 - (E) 4 anos.
- 70.** Na modalidade do regime de tempo parcial, após cada período de 12 meses de vigência do contrato, o empregado terá direito a férias, na seguinte proporção:
- (A) vinte dias, para duração de trabalho semanal superior a vinte e duas horas, até vinte e cinco horas.
 - (B) dezoito dias, para duração de trabalho semanal superior a vinte horas, até vinte e duas horas.
 - (C) dezesseis dias, para duração de trabalho semanal superior a dezoito horas, até vinte horas.
 - (D) quatorze dias, para duração de trabalho semanal superior a quinze horas, até dezoito horas.
 - (E) doze dias, para duração de trabalho semanal superior a dez horas, até quinze horas.

71. De acordo com o artigo 2.º da Lei n.º 9.717/98, a contribuição dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social não poderá ser inferior
- (A) à metade da contribuição do servidor ativo, nem superior ao valor dessa contribuição.
 - (B) à metade da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro dessa contribuição.
 - (C) ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro dessa contribuição.
 - (D) ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao triplo dessa contribuição.
 - (E) ao dobro da contribuição do servidor ativo, nem superior ao triplo dessa contribuição.
72. De acordo com o artigo 37 da Lei Complementar n.º 139/01, de São José do Rio Preto, é devido salário-família mensal aos participantes com renda inferior ou igual a R\$ 429,00, na proporção do respectivo número de filhos ou equiparados, inválidos ou menores de
- (A) 6 anos.
 - (B) 8 anos.
 - (C) 10 anos.
 - (D) 12 anos.
 - (E) 14 anos.

DIREITO URBANÍSTICO

73. A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante, dentre outras, a diretriz geral de ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar
- (A) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte em seu parcelamento e utilização inferior a 10% do total da área ideal adquirida.
 - (B) a utilização incompatível com as finalidades sociourbanas regionais.
 - (C) a edificação e o uso inexpressivo quanto à infraestrutura urbana.
 - (D) a exposição da população a riscos de desastres.
 - (E) a edificação de empreendimentos que funcionam como *polos* nucleares de tráfego e com a previsão de infraestrutura mínima necessária.
74. É instrumento previsto na Lei n.º 10.257/01, Estatuto da Cidade, o seguinte, dentre outros:
- (A) planejamento municipal, em especial a servidão administrativa.
 - (B) estudo prévio de impacto ambiental para regularização fundiária.
 - (C) planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.
 - (D) planejamentos regionais de ordenação das áreas de risco economicamente de relevo.
 - (E) institutos tributários e financeiros, como a criação de zonas de predominante interesse econômico e social.

75. A Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências, estabelece sobre os contratos que
- (A) são retratáveis os compromissos de compra e venda e as cessões que, registrados, confirmam direito real oposto a terceiros.
 - (B) as promessas de cessão e as cessões deverão ser feitas por escritura pública.
 - (C) os firmados por procurador de uma das partes terão a respectiva procuração arquivada em cartório de registro de documentos com dois translados para o registro imobiliário.
 - (D) a sentença declaratória de falência ou da insolvência de qualquer das partes não rescindir os contratos de compromisso de compra e venda ou de promessa de cessão que tenham por objeto a área loteada ou lotes da mesma.
 - (E) o contrato particular pode ser transferido por trespasse, mas a cessão depende da anuência do loteador.
76. O parcelamento do solo urbano, segundo a Lei n.º 6.766/79, poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento. A referida Lei considera
- (A) zona habitacional o terreno servido de infraestrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos por lei estadual para a zona regional em que esteja situado.
 - (B) loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de vias de circulação já existentes e modificação de equipamentos públicos.
 - (C) desmembramento a divisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias e aproveitamento do sistema viário já existente.
 - (D) infraestrutura básica dos parcelamentos, a constituída pelos equipamentos de caráter misto de escoamento das águas pluviais, esgotamento sanitário e vias de canalização de água para dessedentação de animais.
 - (E) lote o terreno servido de infraestrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em que se situe.

77. Constitui um dos objetivos gerais de regularização fundiária, nos termos da Lei n.º 10.547/09:

- (A) a primazia do direito de propriedade sobre o direito de moradia.
- (B) a implantação de infraestrutura básica e serviços, com respeito aos núcleos habitacionais rurais.
- (C) ações integradas voltadas a inibir a especulação imobiliária, com expulsão de seus habitantes, se necessário.
- (D) o incentivo à participação comunitária no processo de regularização fundiária plena.
- (E) o controle da exploração e manejo do meio ambiente construído e do solo urbano e rural.

78. Segundo estabelece a Lei Orgânica do Município de São José do Rio Preto, compete ao Município, privativamente, dentre outras, a seguinte atribuição:

- (A) instituir e arrecadar tributos de sua competência, bem como aplicar as suas rendas.
- (B) criar e subdividir Distritos, observada a legislação federal.
- (C) organizar, sob regime de autorização, os serviços públicos municipais e de interesse das regiões metropolitanas.
- (D) disciplinar e fiscalizar o uso e ocupação do solo em seu território e área contínua a outro município cujos limites urbanísticos atendam à função social da cidade.
- (E) manter programas de educação pré-escolar e de ensino médio, com a cooperação técnica do Estado correspondente.

79. Segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de São José do Rio Preto, previsto na Lei Complementar n.º 224/06, a política do Desenvolvimento Econômico observa a seguinte diretriz e objetivo, dentre outros:

- (A) implantar políticas de controle e fiscalização voltadas às pequenas e médias empresas.
- (B) promover o manejo adequado do solo urbano e evitar a implantação de agroindústrias em Distritos situados em área de lazer.
- (C) incentivar a integração da economia local à regional, à nacional e à internacional.
- (D) revitalizar os espaços públicos e paisagem urbana dos centros industriais, situados em zona mista e de caráter secundário.
- (E) incrementar a integração regional com ênfase à igualdade socioeconômica.

80. A Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São José do Rio Preto estabelece que

- (A) em todo edifício residencial será obrigatória áreas de estacionamento de veículos na proporção de duas vagas por unidade habitacional.
- (B) os lotes com frente para logradouros que constituem divisas de zonas e os que tiverem frente para outra rua ficam integrados na zona de maior restrição.
- (C) se permite a divisão de lotes de uma mesma zona, afastados à zona.
- (D) é de duzentos metros a distância mínima entre o terreno onde se pretende localizar um posto de gasolina e o que se localize tribunal e igreja.
- (E) fica proibida a instalação de Usinas e Destilarias nas zonas Agrícolas e Rural do Município.

